

contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

23 de Março de 2006. — O Juiz de Direito, *Jorge Ferreira da Costa*. — O Oficial de Justiça, *Hélder Rui Ferreira Fonseca*.

Aviso de contumácia n.º 5806/2006 — AP. — O Dr. Jorge Ferreira da Costa, juiz de direito do 3.º Juízo do Tribunal da Comarca da Covilhã, faz saber que, no processo sumário (artigo 381.º do Código de Processo Penal), n.º 96/01.8GGCVL, pendente neste Tribunal contra o arguido Paulo Miguel dos Anjos, filho de Mário dos Anjos e de Rosalina da Luz Silva Miguel, natural de Belmonte, de nacionalidade portuguesa, nascido em 20 de Fevereiro de 1971, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 11563997, com domicílio na Calle Ricardo Gomez, 9, Tudelilla (La Rioja), por se encontrar acusado da prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 22 de Dezembro de 2001, por despacho de 29 de Março de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por se ter apresentado em juízo.

30 de Março de 2006. — O Juiz de Direito, *Jorge Ferreira da Costa*. — A Oficial de Justiça, *Lurdes Ferreira*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ELVAS

Aviso de contumácia n.º 5807/2006 — AP. — A Dr.ª Susana Marques Madeira, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Elvas, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo), n.º 127/99.0TBELV, pendente neste Tribunal contra o arguido Francisco Martinez Sanches, filho de José e de Maria, natural de Badajoz, Espanha, solteiro, nascido em 23 de Março de 1975, com domicílio na Avenida Pablo Neruda, 3, Badajoz, Espanha, por se encontrar acusado da prática de dois crimes de furto, um deles na forma tentada, previsto e punido pelos artigos 296.º e 297.º, n.º 2, alíneas d) e h), e 23.º, do Código Penal, por despacho de 20 de Fevereiro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por o arguido ter sido absolvido, no âmbito do acórdão proferido nestes autos, em 7 de Julho de 2003.

15 de Março de 2006. — A Juíza de Direito, *Susana Marques Madeira*. — O Oficial de Justiça, *Cecílio Diogo Romano*.

TRIBUNAL DA COMARCA DO ENTRONCAMENTO

Aviso de contumácia n.º 5808/2006 — AP. — O Dr. Miguel Ferreira Vaz, juiz de direito da Secção Única do Tribunal da Comarca do Entroncamento, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 222/05.8TAENT, pendente neste Tribunal contra o arguido António José Borges de Oliveira, filho de Onofre Mértola de Oliveira e de Maria Helena Tavares Borges de Oliveira, natural de São Jorge de Arroios, Lisboa, nascido em 5 de Dezembro de 1970, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 10327743, com domicílio na Rua da Memória, 25, rés-do-chão, esquerdo, 2675 Odivelas, por se encontrar acusado da prática de um crime de burla para obtenção de alimentos, bebidas ou serviços, previsto e punido pelo artigo 220.º do Código Penal, praticado em 7 de Novembro de 2004, foi o mesmo declarado contumaz, em 8 de Março de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

nial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

14 de Março de 2006. — O Juiz de Direito, *Miguel Ferreira Vaz*. — A Oficial de Justiça, *Maria José Rosa Filipe*.

Aviso de contumácia n.º 5809/2006 — AP. — A Dr.ª Carla Rafael, juíza de direito da Secção Única do Tribunal da Comarca do Entroncamento, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 21/98.1PAENT, pendente neste Tribunal contra o arguido Nuno Filipe Mendes da Cunha, filho de Luís Manuel Lopes da Cunha e de Maria da Luz Ribeiro Mendes Cunha, natural de São João Baptista, Tomar, de nacionalidade portuguesa, nascido em 3 de Agosto de 1974, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 10397683, com domicílio na Rua Manuel de Arriaga, Urbanização Terra Polima, lote 25, rés-do-chão, C, Outeiro Polima, 2785-153 São Domingos de Rana por se encontrar acusado da prática de um crime de dano simples, previsto e punido pelo artigo 212.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 25 de Dezembro de 1997, por despacho de 27 de Março de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação do arguido.

27 de Março de 2006. — A Juíza de Direito, *Carla Rafael*. — O Oficial de Justiça, *Vítor Daniel Miguel P. da Guia*.

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ESPINHO

Aviso de contumácia n.º 5810/2006 — AP. — O Dr. Nuno Marcelo de Nóbrega dos Santos de Freitas Araújo, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Espinho, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo), n.º 1657/01.0PAESP, pendente neste Tribunal contra o arguido Jorge Daniel Maciel da Costa Carvalho, filho de Manuel António de Oliveira Carvalho e de Margarida Benedita Maciel Fernandes Costa Carvalho, natural de Portugal, Vila Nova de Gaia, Mafamude, Vila Nova de Gaia, de nacionalidade portuguesa, nascido em 26 de Janeiro de 1982, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 12151585, com domicílio na Rua do Souto Mato, 191-E, 4535 Nogueira da Regedoura, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto simples, previsto e punido pelos artigos 203.º, n.º 1, e 204.º, n.ºs 2, alínea e), e 4, do Código Penal, praticado em 12 de Janeiro de 2002, foi o mesmo declarado contumaz, em 30 de Janeiro de 2006, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

22 de Março de 2006. — O Juiz de Direito, *Nuno Marcelo de Nóbrega dos Santos de Freitas Araújo*. — A Oficial de Justiça, *Maria Adelaide Carvalho*.

Aviso de contumácia n.º 5811/2006 — AP. — O Dr. Nuno Marcelo de Nóbrega dos Santos de Freitas Araújo, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Espinho, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 493/94.3TBESP, pendente neste Tribunal contra o arguido Alfredo de Oliveira da Silva, filho de Simplício Pereira da Silva e de Francelina Oliveira da Silva, natural de Vitória, Porto, de nacionalidade portuguesa, nascido em 3 de Novembro de 1945, divorciado, titular do bilhete de identidade n.º 846725, com domicílio na Rua Alferes Malheiro, 172, Porto, 4000 Porto, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelas disposições conjugadas dos artigos n.º 11.º, n.º 1, e 314.º, alínea c), ambos do Código Penal, por despacho proferido em 24 de Março de 2006, foi dada por finda a contumácia, com cessação a